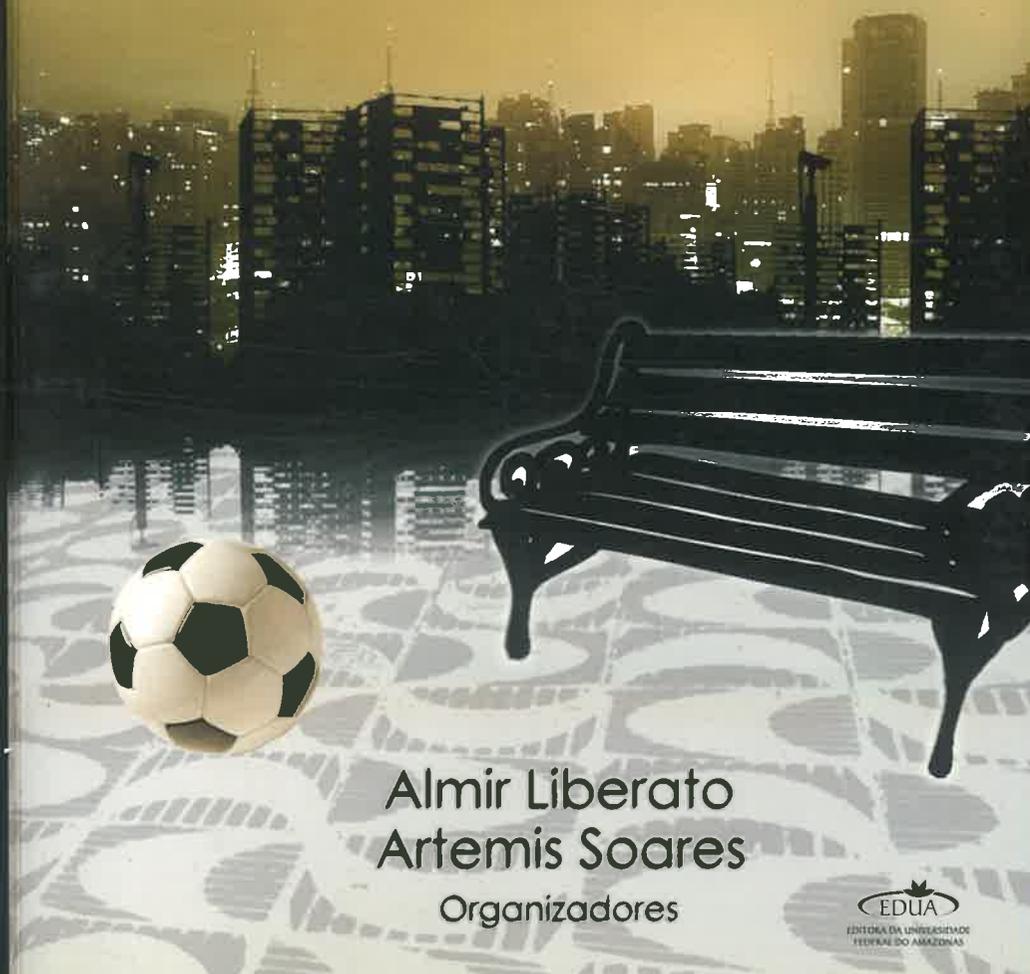


"No cotidiano da vida diária, para a maioria da população, a bela cidade constitui o equipamento mais apropriado para que o lazer possa se desenvolver. O crescimento desordenado, a especulação imobiliária, enfim, uma série de fatores vem contribuindo para que o quadro das nossas cidades não seja dos mais promissores, quer na defesa de espaços, quer em termos da paisagem urbana, quando se fala da contemplação estética. Em nome da economia e da funcionalidade, muito se tem feito "enfeitando" a paisagem urbana. Historicamente, entre estudiosos e instituições voltadas para a preservação, nota-se uma ampliação gradativa da abrangência do conceito com a idéia de excepcionalidade dando lugar a noção de representatividade dos elementos a serem preservados. Dessa forma, evoluiu-se para o conceito de Patrimônio Ambiental Urbano, constituído por espaços, que inclusive transcendem a obra isolada e que caracterizam as cidades, pelo seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo.

Com o crescimento urbano, somado às desigualdades sociais, perderam-se espaços públicos para a realização de jogos e brincadeiras e atividades de lazer, que foram transferidos a espaços domésticos ou privados, limitando as opções dos variados conteúdos culturais do lazer. "Dessa forma, para a requalificação do espaço urbano, as políticas públicas têm importante papel."

Políticas Públicas

Esporte de e Lazer novos olhares



Almir Liberato
Artemis Soares
Organizadores



Almir Liberato
Artemis Soares
Organizadores

Políticas Públicas de Esporte e Lazer: novos olhares

ISBN 857401497-5



9 788574 014975

Patrocínio:

Ministério
do Esporte



Apoio:



Copyright©2010 Universidade Federal do Amazonas

REITORA

Márcia Perales Mendes Silva

EDITORA

Iraildes Caldas Torres

REVISÃO

Cinara Cardoso - Técnica
Mateus Coimbra - Português

CAPA

Rodrigo Vale

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA

Luciana Freire Braga
Danielle Reis

Liberato, Almir; Soares, Artemis - (org.)

Políticas Públicas de Esporte e Lazer: Traços históricos. Almir
Liberato e Artemis Soares organizadores – Manaus: Editora da Uni-
versidade Federal do Amazonas, 2010.

356 p.: il. 14x21 cm

ISBN 978-85-7401-497-5

1. Políticas Públicas 2. Esporte e lazer I. Título.

CDU 37,014

EDUA

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

Av. Gal Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 3000, Campus Universitário, Coroado I

CEP 69077-000 Manaus/AM

Telefax: (0xx) 92 3305-4291 e 9128-5327

www.ufam.edu.br e-mail: edua_ufam@yahoo.com.br

Prefácio

Durante minha trajetória na Gestão de Políticas Públicas de Esporte e Lazer, uma das questões que mais me sensibilizou foi a ausência de eventos e publicações específicas que servissem de subsídios para o embasamento da prática desenvolvida nesse âmbito. E, assim como eu, vários gestores constantemente deixavam claro esse vazio. A presente publicação contribui para superar esta questão, especialmente considerando dois aspectos.

Primeiro, é importante destacar que os textos que compõem esta obra são derivados de um evento, cujos anais publicam todos os trabalhos aprovados pela Comissão Científica do VIII Seminário Nacional de Políticas Públicas em Esporte e Lazer, que foi realizado no período de 15 a 18 de abril de 2008, na Universidade Federal do Amazonas, por meio da Faculdade de Educação Física, com o apoio da Secretaria Nacional do Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer, do Ministério do Esporte.

Em segundo lugar, a presente obra reúne alguns dos textos desta VIII edição do Seminário, tendo passado, portanto, por mais de uma seleção.

O livro propõe ter uma circulação mais ampla no país, complementando a divulgação realizada pelos Anais do evento, chegando a públicos diferenciados, que possam gerar outros debates sobre as questões e temas tratados.

O tema principal deste Seminário Nacional foi ESPORTE E LAZER NA PERSPECTIVA ECOLÓGICA: relação do ambiente com o esporte, o lazer e a qualidade de vida, onde se pretendeu aprofundar as discussões em torno das políticas de esporte e lazer, nas diversas esferas da sociedade e, também, debater o papel do po-

der público diante das questões do lazer e da ecologia, as quais estão presentes na qualidade de vida pós-moderna.

Esta publicação chega, justamente, em um momento significativo para as Políticas Públicas de Esporte Recreativo e do Lazer, no âmbito federal, a partir do qual há o reconhecimento das suas características de transversalidade e da necessidade de trabalhos interdisciplinares. Ações que estamos procurando, já há algum tempo, desenvolver de forma intersetorial com outras Secretarias e Ministérios, buscando parcerias com universidades, entidades do terceiro setor, sistema S, clubes e outros agentes do setor público (Prefeituras e Estados).

Como exemplo destas políticas transversais podemos citar o *PELC/PRONASCI*, uma parceria do Ministério do Esporte com o Ministério da Justiça, que inclui ações de Esporte e Lazer como parte importante do Programa *Segurança com Cidadania*, que busca, através de um projeto democrático, promover a coesão social, a integração dos cidadãos, principalmente dos jovens. Já no Programa *Mais Educação*, do Ministério da Educação, inclui o Esporte e Lazer como fator fundamental para a melhoria da qualidade da educação em nosso País, não se restringindo apenas à educação formal, mas também aquela que acontece fora dos muros das escolas.

Cumprimentando todos os autores do presente livro, esperamos que o mesmo sirva para trazer mais subsídios aos estudos das Políticas Públicas brasileiras, assim como para a implementação das mesmas, com conteúdos cada vez mais aprofundados e de forma participativa.

Rejane Penna Rodrigues
Secretária nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer
Ministério do Esporte

Sumário

12 Apresentação

CONFERÊNCIAS

- 15 Perspectivas de uma epistemologia renovada para o meio ambiente e sua relação com o esporte e lazer
Lamartine da Costa
- 43 Do Homo Sportivus: relações entre natureza e cultura
Jorge Olímpio Bento

PALESTRAS

- 74 O desporto, a cidade e o lazer
José Manuel Constantino
- 82 A cidade e a produção dos espaços públicos de lazer
José Aldemir de Oliveira
- 98 Função social das cidades: breve consideração
Robério dos Santos Pereira Braga
- 114 Lazer e patrimônio ambiental urbano
Nelson Carvalho Marcellino
- 137 Lazer, cidadania, conhecimento na sociedade globalizada
Marutschka Martini Moesch

- 153 Apoio à pesquisa em esporte e lazer no Estado do Amazonas
Odenildo Teixeira Sena
- 156 A pesquisa em esporte e lazer e as fontes de financiamento: experiência da secretaria nacional de desenvolvimento de Esporte e Lazer do Ministério do Esporte
Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto
- 169 Políticas públicas municipal em esporte e lazer
Evilázio Pereira Nascimento
- 185 Políticas públicas estaduais em esporte e lazer
Lupércio Ramos
- 188 Os jogos olímpicos da antiguidade e o surgimento dos jogos da era oderna
Roberto Gesta de Melo
- 198 Movimento olímpico: organização, comunicação social e símbolos
José Vicente Moura
- 212 Por uma teoria da comunicação no desporto de alto rendimento
Victor Serpa
- COMUNICAÇÕES
- 225 Políticas públicas para o esporte: a avaliação do projeto saúde nas praça
Danilo Zero dos Santos | Paulo Fernando Moraes
- 232 Visita aos equipamentos de lazer de cidade média de região metropolitana: uma visão a partir da análise dos dados
*Felipe Soligo Barbosa
Nelson Carvalho Marcellino*
- 238 Espaços e equipamentos de lazer: observações e opiniões em cidades de pequeno porte de região metropolitana
Stéphanie Helena Mariano | Nelson Carvalho Marcellino
- 247 Lazer e esportes da natureza e suas contribuições ao desenvolvimento socioambiental
Kássio Vinicius Castro Gomes
- 258 Educação ambiental como forma de promover a sustentabilidade ecológica de uma região
Mônica Delgado
- 263 As políticas públicas de lazer de Niterói e o caminho Niemeyer
Paulo A. Cresciulo de Almeida
- 272 Política pública de lazer: relações entre meio ambiente e atuação profissional
Mirleide Chaar Bahia | Cathia Alves
- 283 Os jogos Amazônicos da natureza - uma atividade física e desportiva: subsídio sustentável como gerador de recursos e uma possível estratégia de intervenção e proteção do mercado de trabalho do profissional de educação física
Myrian Abecassis Faber | Jefferson Jurema | Vanderlan Santos Mota

- 293 Recreação e qualidade de vida numa cidade dos trópicos úmidos: uma visão das políticas públicas de lazer na cidade de Manaus-Am
Vanderlan Santos Mota | Myrian Abecassis Faber | Jefferson Jurema
- 303 Políticas públicas de esporte e lazer: realidade e perspectivas no município de Porto Velho
Elizângela de Souza Bernaldino | Érica Patrícia de Oliveira Pinheiro | Juliana Nunes de Oliveira | Célio José Borges | Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves
- 311 Projeto vida saudável: promovendo saúde e lazer para a terceira idade na cidade de Manaus
Raimundo Gomes de Araújo
- 318 Lazer e ação comunitária uma intervenção cultural para e pelo lazer junto aos jovens da gangue de Parolândia em Moju-PA.
Vera Solange Pires Gomes de Sousa
- 327 Estudo do desempenho motor e crescimento de escolares do Ensino Fundamental do Município de Manaus - Am: subsídios para o planejamento de políticas públicas de educação física e esporte na escola
Ivan de Jesus Ferreira | Daurimar Pinheiro Leão | Tânia Regina Alves de Souza Leão
- 338 Esporte aquático: uma visão de lazer e sustentabilidade para o complexo poliesportivo da Ponta Negra
Sandra Maria dos Santos | Maria Cleide Meireles C. Queiroz
- 348 Programa segundo tempo: uma política pública para revitalização da cultura corporal de movimentos do povo Baré da comunidade Terra Preta – Manaus/ Amazonas
Jhones Rodrigues Pereira

○ DESPORTO, A CIDADE E O LAZER

José Manuel Constantino¹

Os espaços

Os espaços – naturais e artificiais – para a prática do desporto, são uma questão central das políticas de organização e promoção desportiva. A prática do desporto, qualquer que ela seja, é indissociável da necessidade de espaço. Razão pela qual, o desenvolvimento do desporto requer uma afectação e especialização do espaço, a qual está associada à natureza e características das diferentes práticas desportivas.

Durante muito tempo os espaços para o desporto procuraram responder às exigências dos regulamentos das diferentes modalidades desportivas. O actual contexto de procura desportiva impõe uma reavaliação deste modelo, de modo a que se adapte às mudanças verificadas na relação dos cidadãos com o desporto e nas mudanças operadas nas práticas do desporto.

O desporto está obrigado, no plano social, a reflectir sobre o seu papel e a dar sentido prático à sua modernização. Em muitos casos significa racionalização dos meios e dos recursos disponíveis. Mas é também indispensável acolher, no pensamento e na doutrina organizacional do desporto, as mutabilidades que estão a atravessar todo o sistema das práticas desportivas, por força de modificações muito significativas ocorridas ao nível das procuras.

Uma adequada hierarquia e um correcto equilíbrio dos espaços para o desporto, que atenda à multiplicidade de necessidades sociais no plano do uso desportivo, passou a ser uma exigência da modernização da própria sociedade. Para tanto, não chega a

¹ Presidente do Conselho de Administração da Oeiras Viva.

aplicação das grelhas tradicionais de equipamentos. E não basta, a adopção acrítica de índices de área útil desportiva por determinado território. São soluções para um outro tempo do desporto. Já não são as respostas ao desporto deste tempo.

O desporto é uma prática social que pode introduzir benefícios de natureza vária na promoção da qualidade de vida das populações. É indispensável que no âmbito do ordenamento do território, os espaços para o desporto assumam uma maior importância nas políticas públicas e que as medidas de ocupação dos solos garantam espaços públicos para as actividades desportivas acessíveis à generalidade dos cidadãos.

Essas necessidades são de natureza muito diversificada e acompanham as diferentes tendências na organização social do tempo livre dos cidadãos. Ocorrem numa sociedade cada mais dedicada ao lazer e resultam de alterações de âmbito sócio-demográfico, que vão desde a população infanto-juvenil a significativas franjas de idosos, as quais exigem soluções adequadas às suas expectativas e necessidades específicas.

Num outro sentido, o surgimento de fórmulas de prática desportiva descodificadas do modelo tradicional e reformuladas e outros modos de uso desportivo do corpo ainda expectantes e comprometidas com um estilo de vida activo, a saúde e o contacto com a natureza, pedem soluções mais flexíveis e ajustadas. Neste domínio aponta, também, a necessidade de estabelecer uma nova hierarquia das relações entre o desporto, o ambiente e o turismo por via de um melhor aproveitamento das condições naturais para as actividades desportivas de natureza, num contexto de oferta turística.

A política de espaços para o desporto carece de um adequado planeamento, de modo a que este, prevaleça sobre o uso espontâneo e casuístico na gestão do território. Os meios adequados a que isso ocorra, são os instrumentos de planeamento urbano como os planos directores municipais, os planos estratégicos e os planos operacionais. Esse planeamento deve ser sensível a uma perspectiva

transversal das práticas do desporto não ficando prisioneiro de um modelo de natureza exclusivamente formal que responda, tão só, às necessidades da indústria do espectáculo desportivo.

As cidades

A cidade cresceu. Mas dividem-se as opiniões sobre se desenvolveu. Certo é que mudou radicalmente a sua geografia e topografia físicas e se alteraram as suas tradicionais funções. Assistiu-se, de forma crescente, a uma desenfreada terciarização, a um aumento de densidade do tráfego com consequentes disfuncionalidades, a uma crescente especulação fundiária e imobiliária, à degradação dos espaços do uso público, à ruína do parque habitacional construído, à ausência de tratamento dos elevados índices de poluição atmosférica e sonora, à periferização dos locais para habitação (CONSTANTINO, 1997).

A introdução da lógica do desenvolvimento industrial intensivo, assente na maximização dos meios e num crescimento ilimitado, cumulativo com um inadequado ordenamento do território e um inexistente planeamento urbanístico, criaram cidades de betão. Os especuladores imobiliários e os construtores civis foram os arquitectos da paisagem das cidades, como outrora o haviam sido os agricultores no desenho da paisagem rural.

Com origem em fenómenos cruzados de várias naturezas constatam-se algumas patologias na nova cidade: graves disfuncionamentos nos transportes e na circulação, zonas inteiras marginalizadas, insegurança, desenvolvimento de coroas de pobreza e exclusão social.

A cidade actual parece ser hoje “mais funcional, mas também mais fria e mais anónima” (LYPOVETSKY, 1991), o que cria novos factores de risco nas relações humanas e sociais. Contrariamente a períodos anteriores, a cidade, ao anomizar as relações entre os cidadãos, destruiu o espaço urbano como um espaço de construção de sociabilidades e de solidariedades. (CONSTANTINO, 1997)

Com a cidade, o desporto e a natureza criaram novos cruzamentos. Os últimos anos assistiram a uma re-ecologização do espaço urbano, trazendo para o interior da cidade práticas de outros espaços, através de uma progressiva deslocalização dos seus territórios habituais. A tradicional especialização dos espaços urbanos modificou-se. A cidade já não é apenas, o espaço de trabalho, de circulação, de troca e eventualmente de habitação. Ela torna-se também um espaço de uso desportivo, com diferentes espaços de tecido urbano, a serem objecto de novas apropriações e de diferentes usos. (ibidem)

As praças, lugares tradicionais de encontro e convívio, de realização de actividades de natureza comercial (feiras, mercados, espectáculos) ou de mostra patrimonial, são ocupadas por práticas lúdico-desportivas. Os passeios públicos, objecto de apropriação por parte de simpatizantes do *roller*, do *skate*, do *jogging* ou da simples caminhada. (ibidem)

Os parques e jardins ultrapassaram a fase em que predominava como sinal lúdico o parque infantil, para incluir na organização do espaço, tipologias de equipamentos desportivos: o polidesportivo de ar livre, os campos de ténis, o circuito de manutenção.

A própria organização de muitas cidades promove a bicicleta, como meio individual de transporte, carregada de simbolismos ambientais por ser não-poluente e como alternativa ao congestionamento do tráfego nas cidades. No desenho da rede viária, aparecem pistas ou corredores exclusivamente para bicicletas (pistas cicláveis) ou para peões (pistas pedonais).

O ambiente

Num outro plano, cresceu a sensibilidade pública para a problemática do ambiente. Ultrapassada a fase fundamentalista e das correntes naturalistas, no modo de entender a natureza como universo salvador, e de todo o conjunto de clichés e signos mais ou menos folclóricos surgiram, na cultura e na acção cívica contemporâneas,

movimentos no sentido de procurar conciliar o desenvolvimento social com o equilíbrio dos ecossistemas. (*ibidem*)

As teorias desenvolvimentistas que conduzem à utilização maciça dos recursos naturais fizeram surgir movimentos de opinião que aumentaram a percepção social sobre os problemas da qualidade de vida, nela incluindo a qualidade ambiental.

Estes movimentos têm permitido que, progressivamente, se crie uma consciência de cidadania, cujo exercício vai no sentido de obstar a que se rompam equilíbrios necessários à vida de todos nós, se consciencialize que os recursos naturais são finitos e que, portanto, sendo necessários à vida do homem e das sociedades não têm capacidades ilimitadas de auto-regeneração. (*ibidem*)

Estas preocupações cívicas tiveram, de resto, tradução política no plano dos discursos políticos e das representações partidárias, com o aparecimento de uma nova cultura ecológica, e com uma crescente “verdificação” da problemática do desenvolvimento: não devemos usar do ambiente, nada que a natureza não possa repor por si e, portanto, só se devem utilizar recursos totalmente renováveis (*ibidem*)

O desporto e o lazer

No desporto as coisas também se alteraram. Assistimos ao aparecimento de novos desportos, a novas maneiras de praticar desportos antigos, mas sobretudo a uma alteração na utilização desportiva do corpo. Esta alteração correspondeu a novos modelos e práticas corporais, onde o estatuto cultural e social do corpo adquiriu uma maior relevância, sinalizadora de novos tempos.

A um corpo a quem eram solicitadas despesas essencialmente energéticas para a obtenção de objectivos que eram exteriores (o resultado, a marca, a vitória) surgiram modalidades onde o corpo é meio e fim. De movimentos de prazer sensorio-motriz, de simples aventura ou de descoberta de novos usos desportivos do corpo. Curiosamente, muitas destas práticas surgem, tendo como palco,

cenário e público, a natureza. A água, a terra e o ar transformaram-se num grande ginásio. No mais amplo, belo e perfeito espaço desportivo, local para o namoro e o casamento, entre o corpo e o espírito, entre a razão e o prazer, entre o risco e a aventura.

A natureza passou a ter um novo protagonismo, um novo estatuto: o de ser parceira indispensável para algumas modalidades do desporto, exigindo a preservação, como condição necessária à sua viabilização.

O desporto, como meio mais procurado pelo cidadão para a ocupação do tempo livre, emerge no interior de uma cultura do lazer, que não pode viver em relação à cidade, como um corpo estranho, intrometido às vezes, aparentemente clandestino muitas outras, periférico quase sempre.

A nova cidade deverá ser o lugar do trabalho, da cultura e do tempo livre, e por isso também, do progresso, da tecnologia e do ambiente. A nova cidade deverá ser plurifuncional. Os espaços para o desporto serão tendencialmente cada vez menos desportivos e mais multiculturais, lugares onde se possa desenvolver um leque muito variado de actividades. Mas a nova cidade será também dominada pelas modernas tecnologias e pela possibilidade de acrescentar ao espaço físico urbano, novas oportunidades de relação com a natureza. (*ibidem*)

O homem deverá ser o elemento central desse novo ordenamento. A palavra de ordem é: re-apropriação. Das praças, dos passeios, das estradas libertas de tráfego, dos espaços destinados a permitir do mesmo passo a fusão da ocupação dos tempos livre e da cultura (LONGHI, 1991). O que supõe outro ordenamento do território, um outro planeamento urbano, uma outra lógica entre o espaço natural e o construído. Entre o espaço privado e o espaço público. Uma nova cultura. Uma nova cidadania. (CONSTANTINO, 1997)

O direito ao desporto, como um novo direito urbano de todo o cidadão é um dado indiscutível da cultura das sociedades modernas.

O exercício deste direito estimula os diálogos ambientalistas. No direito ao desporto e na preocupação ambiental, cruzam-se duas perspectivas oriundas de uma raiz comum.

O olhar e o pensamento ambientalistas surgem como um travão à ideologia do crescimento ilimitado, introduzida pela dinâmica do processo de desenvolvimento do capitalismo e assente na tecnologia consumidora da energia e das matérias-primas. O direito do cidadão ao desporto surge como alternativa ao modelo unicitário do desporto de competição e de rendimento absoluto, o qual teve origem num processo histórico-social similar àquele outro. Ambos alertam que o progresso não é assegurado automaticamente por nenhuma lei da história. E que o futuro não é necessariamente desenvolvimento (MORIN).

A Terra é a nossa casa comum. É a nossa origem. Será o nosso destino. A natureza não é uma imagem de poetas ou pintores. A natureza é a realidade ecológica em si mesma, é o nosso planeta Terra (MORIN). O que nos reenvia para algumas das perplexidades do mundo actual e para a urgência de uma estratégia comum para a salvaguarda de um meio, que também nos é comum e que é finito. (CONSTANTINO, 1997)

Os buracos de ozono, o efeito estufa existente na atmosfera, a desflorestação progressiva de significativas florestas tropicais produtoras do nosso oxigénio, a esterilização dos oceanos, mares e rios, a poluição sem controlo, as diferentes catástrofes ecológicas estão a avisar-nos a todos e a todo o momento que o inimigo do homem não é nenhum ser extraterrestre. Ele está bem no interior de cada um de nós. Será que o desporto conseguirá ajudar a reconciliar e aliar o homem à natureza, a natureza à vida, e a vida a uma ideia de bem-estar e felicidade?

O sentido predador de muitas das opções na organização da vida em comunidade indicam que nos estamos a afastar dessa possibilidade. Os efeitos da globalização parecem trazer apenas aspectos preocupantes e menos, melhores soluções para os problemas com que nos confrontamos. O paradigma do progresso aponta, cada vez mais, para uma nova visão do mundo. As nossas vidas passam por aqui.

CONSTANTINO, José Manuel. *Desporto, cidade e natureza: espaço público e cultura ecológica*. In: MEIO AMBIENTE E DESPORTO. [s. l.]: Lamartine Pereira da Costa/FCDEF, 1977.

CONSTANTINO, José Manuel. *Desporto, geometria de equívocos*. [s. l.]: Livros Horizonte, 2006.

LONGHI, Giuseppe. A planificação de espaços desportivos no quadro urbano. In: ACTAS DO CONGRESSO EUROPEU ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS. [s. l.]: Câmara Municipal de Oeiras, 1991.

LIPOVETSKY, Gilles. Espace privé, espace public a l'âge post-moderne. In: CITOYENNETÉ ET URBANITÉ. [s. l.]: Esprit, 1991.

Referências

- CHOO, Chun Wei. *A organização do conhecimento*. São Paulo: Senac, 2003.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- DEMO, Pedro. *Política social, educação e cidadania*. Campinas: Papirus, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. Saberes necessários à prática educativa. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- KLIKSBERG, Bernardo. *Desigualdade na América Latina*; o debate adiado. Traduzido por Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2000.
- MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.
- PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. *Políticas participativas de lazer*. Brasília: UNI-SESI, 2006.
- SNDEL-ME. *Relatório de gestão: avaliação 2007 e plano estratégico 2008*. Brasília: SNDEL-ME, 2008. (Mimeo.).

POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS EM ESPORTE E LAZER

Evilázio Pereira Nascimento

As Políticas Públicas de Esporte devem, em primeiro lugar, ser direcionadas levando-se em conta os aspectos geográficos sociais e ambientais, para que dessa forma possam integrar-se social e culturalmente ao entorno em que são efetivamente aplicadas.

Isto posto, torna-se mister entender um pouco do que temos para poder planejar e traçar as políticas que queremos, contando dessa forma com a participação da sociedade, bem como da colaboração da mesma na preservação dos espaços e políticas estabelecidas no seu entorno.

O Município de Manaus está localizado na Região Norte do Brasil, no centro geográfico da Amazônia. A superfície total do Município é de 11.458,5km² (Lei Municipal n.º 279, de 05 de abril de 1995), equivalendo a 0,73% do território do Estado do Amazonas, que abrange 1.577.820,2km².

Limites do Município confrontam:

- ao Norte, com o Município de Presidente Figueiredo;
- a Leste, com os Municípios de Rio Preto da Eva e Itacoatiara;
- ao Sul, com os Municípios de Careiro da Várzea e Iranduba;
- e
- a Oeste, com o Município de Novo Airão.

A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, localiza-se aos 3º de latitude sul e 60º de longitude oeste. Está assentada sobre um baixo planalto que se desenvolve na barranca

da margem esquerda do rio Negro, na confluência deste com o rio Solimões, onde se forma o rio Amazonas. A área urbana de Manaus se estende por 377 km², correspondendo apenas a 3,3% do território municipal.

Dentro da rede de cidades brasileiras, Manaus comparece como o 12º maior centro urbano, sendo considerada uma metrópole regional apesar de não constituir uma aglomeração conturbada.

Atualmente, Manaus apresenta uma população total de aproximadamente 1.600.000 habitantes, com uma concentração de 99,35% na área urbana – 1.394.724 habitantes.

Desde a implantação da Zona Franca, em 1967, iniciou-se em Manaus um novo ciclo econômico, com a instalação de um parque industrial de porte e a consolidação de um setor terciário baseado na comercialização de produtos importados. Estas atividades aqueceram a economia local e geraram milhares de empregos e postos de trabalho, diretos ou indiretos. A cidade deixou ser um “porto de lenha”, como muitos afirmavam, para transformar-se em um importante polo de industrialização.

Aspectos econômicos

Desde meados do século até 1966, o processo de industrialização de Manaus e do Estado do Amazonas caracterizava-se pela presença de poucos estabelecimentos fabris, voltados primordialmente para a atividade de beneficiamento de produtos primários, dos quais se destacavam a juta, a madeira e a castanha.

O terceiro ciclo econômico de Manaus iniciou-se em 1967, com a criação da Zona Franca, cuja legislação (Decreto-Lei n.º 288/67, ratificado pelo Decreto-Lei n.º 1.455/75) regulamentou a concessão de incentivos fiscais, em níveis federal, estadual e municipal, modificando substancialmente a estrutura do setor secundário do Estado e garantindo a implantação de um grande parque industrial.

O moderno sub-setor industrial que nasceu a partir da Zona Franca passou a coexistir com as empresas tradicionais. O parque produtivo de Manaus foi constituído por uma variada gama de gêneros de indústrias, na qual se destacavam as empresas dos setores eletroeletrônicas e metal mecânico, secundados pelos setores de materiais plásticos, materiais de transporte e relojoaria.

Potencial turístico de Manaus

Atualmente, Manaus busca novas alternativas para o seu desenvolvimento econômico, voltando-se principalmente para o turismo. *Banhada pelo Rio Negro, entrecortada por igarapés*, a cidade possui *vários atrativos naturais, como praias e cachoeiras*. A tecnologia dos diversos produtos fabricados na Zona Franca de Manaus e também o artesanato regional enriquecem o comércio local. Manaus dispõe de toda a infraestrutura urbana e turística necessária para atender visitantes de quaisquer procedências, proporcionando o *conforto* e as facilidades próprias às grandes cidades, em plena *floresta amazônica*.

A cidade reserva aos turistas inúmeras atrações naturais. Balneários públicos, praias e parques ecológicos, cascatas e cachoeiras. A Praia de Ponta Negra, a 13 quilômetros do Centro, tem uma boa infraestrutura para atender os turistas e a população: quadras esportivas, ciclovias, *playground*, bares e restaurantes, além do moderno anfiteatro com capacidade para 15 mil pessoas. Do mirante é possível apreciar um inesquecível pôr-do-sol.

Para ir às *praias e parques próximos a Manaus*, é preciso sair de barco. Na vazante dos rios, de agosto a novembro, as praias são mais extensas, mas, a partir de dezembro, as águas invadem a areia e as matas. A mais conhecida é o Tupé, a cerca de 34 quilômetros da cidade, *na margem esquerda do Rio Negro*. Esta praia tem o formato de uma lua crescente e, na vazante, chega a contar com 80 metros de areia.

Manaus também é palco de um dos mais belos fenômenos naturais do planeta: o encontro das águas. O Rio Negro, de águas escuras, e o Solimões, de águas barrentas, se encontram para formar o maior rio do mundo, o Amazonas. As águas, de cores diferentes, correm por cerca de 6 quilômetros, paralelas, praticamente sem se misturarem.

Institucional

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, situada na Alameda Cosme Ferreira, 871 – Coroado II, foi fundada no dia 01 março de 2002 tendo como objetivo o amparo ao desporto, a promoção, a difusão das atividades desportivas e a promoção do esporte amador.

As ações da Prefeitura de Manaus, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SEMESP, têm como base o art. 230 da Constituição Federal que determina: “A família, a sociedade e o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando a sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”, considerando, ainda, o que estabelece o art. 217 da Constituição Federal – “É dever do Estado fomentar práticas esportivas formais como direito de cada um, incentivando o lazer como forma de promoção social”.

Com base nos pressupostos estabelecidos pela Política Municipal do Idoso, Lei nº 8.842/94, regulamentada pelo Prefeito Municipal de Manaus, Sr. Serafim Fernandes Corrêa, através do dec. nº 5.484/2001, a SEMESP, desenvolve o projeto “Atividades Físicas, Esportivas, Culturais e Sociais para a 3.ª Idade”, visando ao desenvolvimento nos aspectos bio-psico-sociais, dentro das competências atribuídas à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer

Através dos 17 Centros Municipais de Esporte e Lazer - CELs, são oferecidas atividades esportivas nas modalidades futebol, futsal, voleibol, handebol, natação, hidroginástica, dança, jiu-jitsu, judô, boxe, capoeira, tênis de mesa e ginástica, que contam com

uma equipe de profissionais de Educação Física empenhados em melhorar o bem estar físico, mental e social dos habitantes da cidade de Manaus.

CICLO DE VIDA	CLASSIFICAÇÃO	PRE AVALIAÇÃO	POS AVALIAÇÃO	VARIAÇÃO
Adultos	Baixo Peso	0,0%	1,4%	140,0%
	Adequado	36,5%	24,3%	-33,4%
	Sobrepeso	37,8%	48,6%	28,6%
	Obesidade	25,7%	25,7%	0,0%
	TOTAL	100,0%	100,0%	-
Idosos	Baixo Peso	10,9%	6,5%	-40,40%
	Adequado	52,2%	54,3%	4%
	Sobrepeso	37,0%	39,1%	5,70%
	TOTAL	100,10%	100,0%	-

Relação nominal dos principais centros municipais de esporte e lazer

Há 10 anos os Centros Municipais de Esporte e Lazer servem à comunidade manauara. Inicialmente denominados Centro de Capacitação de Atletas – CCAs, foram criados pela necessidade de desenvolvimento da prática esportiva, social e de lazer em nossa cidade. Devido a grande procura pelas atividades oferecidas (que abrangem todas as faixas de idade), os CELs foram implantados em todas as zonas da cidade, beneficiando desta forma a população.

Contando com uma equipe de Profissionais de Educação Física nas diversas modalidades esportivas, os CELs se empenham para melhorar o bem estar físico, mental e social dos habitantes da cidade de Manaus, contribuindo para uma melhor qualidade de vida.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer oferece, também, à comunidade manauara o lazer, o desporto e atividades de cunho social através dos seguintes programas:

PNE - Programa para Portadores de Necessidades Especiais

Visando proporcionar à população portadora de deficiências o acesso e permanência em atividades físicas, esportivas e de lazer, criou-se o Programa para Portadores de Necessidades Especiais, que tem como objetivo principal a orientação quanto à prevenção de deficiências secundárias, reabilitação, igualdade de oportunidades e uma política permanente de esporte de integração e de competição.

As competições envolvem as modalidades de natação adaptada para deficientes físicos, visuais, mentais e auditivos; futsal adaptado para deficientes visuais; *goalbal* para deficientes visuais e futebol *society* para deficientes auditivos e mentais. Completando a programação dos jogos, os atletas têm atividades recreativas e culturais (teatro, recreação aquática e jogos de estafetas) e sociais (corte de cabelo e emissão de documentos).

O Programa para os Portadores de Deficiências teve início 13 de julho de 2002 para atender inicialmente a Mini Vila Olímpica do Coroado. Posteriormente, com o aumento da demanda, surgiu a necessidade da expansão para outros centros das várias zonas da cidade. Atualmente, a SEMESP disponibiliza atividades na Mini Vila Olímpica do Coroado, Centro Social Urbano do Parque Dez, CEL Santo Antônio e CEL Santa Etelvina, atendendo 237 alunos.

A principal finalidade do Programa é fomentar práticas esportivas adaptadas para pessoas portadoras de deficiência, estimulando o convívio e o lazer como forma de inclusão social, gerando melhor qualidade de vida.

Terceira idade

Descobrir e estimular as potencialidades esportivas dos idosos são os objetivos da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SEMESP), ao promover as Olimpíadas da Terceira Idade. As competições envolvem as modalidades (gerontovoleibol, gerontonatação, gerontoatletismo, *futpenalty*, lance livre, lançamento ao alvo, boliche, taco no disco, jogos de argola e concurso de dança (bolero e forró). Cerca de 3.500 gerontoatletas participam das competições. Além dos alunos dos CELs, participam gerontoatletas de outros grupos de terceira idade de municípios do interior do Amazonas, como Coari, Iranduba, Manaquiri, Presidente Figueiredo e Manacapuru.

Programa Segundo Tempo

O “Segundo Tempo” é um programa do Governo Federal, que começou a ser implantado em 2003. Atualmente, 21 mil municípios participam do programa, que atinge um milhão de crianças. Em Manaus, o Ministério dos Esportes firmou parceria com a Prefeitura de Manaus para a execução do programa.

Sob a responsabilidade do Ministério dos Esportes está o material esportivo utilizado pelas crianças, o pagamento dos estagiários, o uniforme, reforço alimentar e o curso de especialização dos professores e o curso de especialização dos estagiários. Em contrapartida, a Prefeitura entra com o pagamento dos professores, coordenadores e cessão dos espaços das escolas e dos CELs.

O programa ocupa os espaços das escolas com atividades esportivas fora do horário escolar. Entre os resultados imediatos do programa estão os benefícios diretos à comunidade escolar, como a aquisição de tolerância, autoestima e disciplina das crianças.

Apresentação

O Projeto de Implantação de Núcleos Esportivos, conforme orientações do Projeto Segundo Tempo do Ministério do Esporte, constituiu-se na democratização do acesso à prática esportiva com a implantação de núcleos, em que atenderão 100 estabelecimentos públicos municipais, sendo distribuídos em ensino fundamental e médio da cidade de Manaus/AM e alunos que não conseguiram se matricular por qualquer problema e ficaram fora de sala de aula, os mesmos serão inseridos tanto no ensino fundamental como também no ensino médio, conforme grau de instrução de cada aluno.

No contraturno escolar, como um fator de desenvolvimento do esporte, será atendido um total de 24.000 alunos, formalizando 100 núcleos espalhados por toda cidade de Manaus, cada núcleo contempla 240 alunos, entre complexos esportivos da prefeitura, escolas municipais selecionadas por uma comissão multidisciplinar, como também, complexos esportivos formados por parceiros e centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos.

A Prefeitura Municipal de Manaus-AM, por meio de seus órgãos executores – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Secretaria Municipal de Educação – preocupadas com democratização no

acesso à prática desportiva e possibilitando com isso a inclusão dos mais necessitados no processo de formação desportiva, bem como a diminuição da ociosidade, fator determinante na formação dos cidadãos. Além disso, verifica-se a redução da prática esportiva nas escolas públicas, que tem como causas a escassez de material esportivo, baixas condições operacionais e de recursos e estruturas físicas nas escolas públicas.

Sendo assim, esta Prefeitura vem buscar a parceria com o Ministério do Esporte, na perspectiva do Projeto Segundo Tempo, efetivando a prática esportiva no contraturno escolar, visando à sua inserção no projeto pedagógico da escola, bem como nos Centros de Esportivo e de Lazer (CELs), complexos esportivos de terceiros formados por parceiros (escolas particulares, empresas privadas, universidades e faculdades) e centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos, que atinja as necessidades do programa e do ensino municipal, no sentido de possibilitar o desenvolvimento de atividades esportivas, orientando o processo ensino-aprendizagem, além de procurar equacionar a problemática ora apresentada.

Os núcleos serão implantados, prioritariamente, em áreas de grande risco social, nos locais:

Centros de Esportivo e de Lazer (CELs) da Prefeitura de Manaus, compostos por mini-vila olímpica, quadras poliesportivas, campos de futebol, quadras de voleibol de areia, campo de futebol *society*, campo e quadra de grama sintética, parque aquático, pista de atletismo e caminhada, chapéu de palha para cursos, palestras e lazer (TV, jogos em geral e outros);

Escolas municipais com quadra esportiva e que atendam mais de 300 alunos matriculados no ensino fundamental.

Complexos Esportivos de terceiros formados por parceiros (escolas particulares, ONGs, fundações, entidades religiosas, empresas privadas, universidades e faculdades), que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos;

Centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos de idade;

Os núcleos implantados serão subdivididos em 06 zonas (Norte, Sul, Centro Sul, Leste, Oeste e Centro-Oeste), onde participantes de diversos bairros e escolas municipais e estaduais considerados como área de risco social, serão beneficiados com material esportivo, reforço alimentar, atividades complementares relacionadas à educação, saúde.

Objetivo geral

Democratizar o acesso à prática esportiva em escolas públicas municipais do ensino fundamental e em centros esportivos, como ação integrada à escola, comunidade, com atividades ministradas por professores, estagiários de educação física e monitores de atividades complementares capacitados pelo Projeto, visando ao aumento da permanência do aluno na escola ou nos centros esportivos.

Objetivos específicos

- Aumentar o número de atendimentos com qualidade de ensino;
- Incentivo e condições estruturais ao estagiário para o desenvolvimento de suas atividades práticas;
- Melhoria na qualidade de vida e perspectiva de inclusão social;
- Estabelecer relações afetivas dos alunos com professores;
- Estimular difundir a prática de esportiva em várias escolas, com atividades socializadoras;
- Utilizar metodologias compatíveis e motivadoras para a prática escolar esportiva;
- Promover torneios, campeonatos de cunho pedagógicos para a motivação da permanência nas atividades esportivas.

Enunciado da Etapa/Fase

Resultados Esperados: Cumprimento das metas pré-estabelecidas.

Atividades Principais: futebol, futsal, handebol, voleibol, basquetebol, dança, xadrez, GR, karatê, judô, natação, capoeira, boxe, tênis de mesa, remo olímpico, atletismo, jiu-jitsu e lutas olímpicas.

Período de Execução: Previsão de início em mai/08 até Junho/09.

Vantagens Oferecidas pelo Projeto:

Reforço alimentar

A SEMESP viabilizará o reforço alimentar aos alunos participantes do projeto, adquirido com recursos repassados pela concedente, sendo coordenado e fornecido pelo próprio centro, nos intervalos das atividades esportivas dos núcleos.

Pagamento a recursos humanos:

Cada centro (núcleo) disponibilizará um professor de Educação Física com carga horária remunerada, que atuará como coordenador do núcleo, durante todo o período da realização das atividades, sendo responsável também pela atuação dos estagiários. Deverá efetuar apontamentos relativos às atividades e participação dos alunos em termos quantitativos e qualitativos.

3 Seleção dos Estagiários

A SEMESP ficará responsável pela seleção e organização do processo de encaminhamento dos estagiários aos núcleos esportivos, bem como ao pagamento mensal destes.

Observação: O pagamento dos professores, estagiários e merendeiras será efetuado com recursos repassados pela concedente.

Metodologia empregada

Serão realizadas atividades esportivas coerentes com a proposta pedagógica dos núcleos e das escolas no contraturno escolar, em quadras esportivas a serem disponibilizadas pelas escolas e associações comunitárias próximas às escolas.

Sob a coordenação do professor de Educação Física e atuação de dois monitores/estagiários, serão desenvolvidas, no mínimo, uma modalidade esportiva individual e duas modalidades esportivas coletivas, três vezes por semana, quais sejam:

Atividades esportivas lúdicas e que valorizem e resgatem a cultura local e regional, principalmente no primeiro segmento do ensino fundamental e médio.

Jogos e/ou festivais esportivos intra e interescolares.

Participação, no final do ano, de evento esportivo nacional.

Outras atividades esportivas que o núcleo queira desenvolver, conforme orientações legais (LDB e PCNs).

Indicadores

N.º de Alunos participantes por núcleo: 200 (duzentos);

N.º de beneficiados diretos: 24.000 (vinte e quatro mil);

N.º de beneficiados indiretos:

N.º de hora/aula/atividade dos núcleos: 1 (uma) para cada atividade, 3 vezes por semana;

N.º total de coordenadores de núcleos: 120;

N.º total de estagiários: 120;

Monitores de atividades complementares: 120.

Avaliação de resultados

Período: 12 meses

Meio de verificação: Serão realizadas avaliações periódicas de acordo com o cronograma de ações e serão registradas em fichas individuais dos testes de capacidades e habilidades motoras, bem como a realização de festivais e campeonatos pedagógicos, gincanas para avaliar o rendimento do aluno.

Indicadores de resultados

Quantitativo:

N.º de núcleos;

N.º de coordenadores(as);

N.º de coordenadores(as) de núcleo;

N.º de estagiários(as);

N.º de monitores(as);

N.º de alunos por núcleo;

N.º de frequência nas atividades por núcleo;

N.º de atividades por núcleo.

Indicadores de Impacto: Alunos das escolas da rede pública municipal de ensino, Centros de Esportivo e de Lazer (CELs), Complexos Esportivos de terceiros formados por parceiros (escolas particulares, empresas privadas, universidades e faculdades) e centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos.

Meios de Verificação: Reuniões avaliativas com todos os coordenadores(as) de núcleo, estagiários(as) e monitores(as) de atividades complementares envolvidos no projeto. Através de relatórios, apresentados pelas entidades parceiras apresentada a coordenação geral e a instituição fiscalizadora. Reuniões de pais, professores e diretores das escolas.

Parcerias

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA

Complexos esportivos de terceiros formados por parceiros

(escolas particulares, ONGs, fundações, entidades religiosas, empresas privadas, universidades e faculdades), que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos;

Centros comunitários que desenvolvam atividades desportivas sem fins lucrativos para crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos;

O reforço alimentar será oferecido somente sob a forma de lanche, pois é inviável a preparação de refeição, porque requereria a contratação de merendeiras e locais apropriados para sua produção.

A Prefeitura de Manaus, dentro de uma visão macro, tem ação efetiva também na construção de áreas de lazer e prática do desporto participação como o Parque Cultural, Esporte e Lazer da Ponta Negra, localizado na Praia da Ponta Negra, às margens do Rio Negro e distante cerca de 18 km do Centro da cidade, o parque é um dos mais importantes cartões-postais de Manaus.

O local oferece uma completa infraestrutura turística e de serviços: calçadões em ladrilhos hidráulicos, iluminação noturna a vapor de sódio, ciclovias, bares, restaurantes, quadras poliesportivas, anfiteatro, skate park e muito mais. Palco de grandes eventos culturais e esportivos, que acontecem o ano inteiro, é o lugar ideal para quem deseja contemplar o belíssimo pôr-do-sol amazônico.

Ainda em uma concepção da prática do desporto participação e do lazer ativo a construção do Parque dos Bilhares onde turistas e moradores da capital dispõem de uma completa infraestrutura de serviços, que inclui café bar, pizzaria, sorveteria, tacacaria, biblioteca, quadras poliesportivas, campo de futebol de areia, campo de futebol society, equipamentos para ginástica, praça de skate, pista para caminhada e bicicleta, lago artificial, playground e teatro de arena, entre outros atrativos, tudo numa só área de fácil acesso próxima ao Centro da cidade.

Inaugurado recentemente, o Parque dos Bilhares se consolidou como um dos principais pontos de encontro e espaço cultural e de lazer de Manaus. Em seus 60 mil metros quadrados, o parque margeia o Igarapé do Mindu e conta com dois acessos: pelas avenidas Constantino Nery e Djalma Batista, Chapada, zona Centro Sul. O visitante poderá desfrutar de um ambiente completamente diferente: ao ar livre, arborizado e com pessoas de todas as idades divertindo-se nos vários equipamentos que o Parque dos Bilhares oferece.

Na concepção arquitetônica conhecida como *Belle Époque*, o lugar procura resgatar um período já quase esquecido, quando os bondes trafegavam pela cidade e tinham a tradicional Ponte dos Bilhares como última parada. Os bondinhos atuaram em Manaus por mais de 60 anos e funcionaram até o final da década 50. O parque traz ainda nos traços de sua arquitetura (quiosques, bancos, jardins) o retrato de um passado em que as praças da cidade eram lugares públicos agradáveis e bem frequentados pela população. O Parque dos Bilhares funciona todos os dias no horário de 6h às 23h e a entrada é gratuita, contribuindo de forma efetiva na política de lazer ativo e do desporto participação.

Seguindo a mesma linha de atuação a Prefeitura de Manaus já iniciou as obras do Parque do Lago, localizado no bairro do Japiim que terá características semelhantes ao Parque dos Bilhares, contando com quadras poliesportivas e agradáveis passeios, bem como ciclovias.

A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer acredita que o estímulo do lazer ativo e do desporto participação através das ações concretas descritas anteriormente, bem como uma verdadeira integração entre o homem e o meio ambiente é o caminho mais curto para transformar socialmente nossa capital, bem como melhorar os níveis de saúde da população, como podemos ver em países como o Canadá e a Austrália onde a participação das pessoas nessas atividades faz com que os índices de saúde sejam um dos melhores do planeta.

Outra ação do executivo municipal está na reforma de 56 quadras esportivas, ainda neste ano de 2008, para o estímulo e participação comunitária atendendo o artigo constitucional de fomento à participação esportiva.

POLÍTICAS PÚBLICAS ESTADUAIS EM ESPORTE E LAZER

Lupércio Ramos¹

A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 217, assegurou o acesso ao esporte a todo cidadão como direito, estabelecendo-o como dever do Estado a sua oferta. Portanto, define o princípio da inclusão de todos na prática esportiva e do lazer, contribuindo para a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social.

Com a criação do Ministério do Esporte em 2003 e de centenas de secretarias e órgãos gestores desse segmento, obtivemos resultados significativos e fundamentais para o desenvolvimento do desporto nacional.

Como exemplo podemos citar a Lei Agnelo-Piva, o Estatuto do Torcedor, a Lei de Incentivo Fiscal do Esporte, as Conferências Nacionais de Esporte, a realização dos Jogos Panamericanos no Rio de Janeiro, a nova loteria Timemania e o anúncio da Copa de 2014, no Brasil.

No Amazonas, o Governo do Estado vem ao longo deste período, também alcançando expressivos resultados na missão de promover o esporte como um fator de inclusão social e desenvolvimento humano.

A defesa do meio ambiente e a decisão de construir e implantar uma política de desenvolvimento sustentável para o nosso estado, tem sido a marca permanente do Governo Eduardo Braga. Nossos rios, igarapés, florestas e os municípios possuem um inestimável patrimônio natural para a implantação de ações na área do esporte, turismo e lazer. A expansão da economia, a geração de emprego e renda, a melhoria da qualidade de vida da população e a promoção da cidadania são resultados concretos destas iniciativas vitoriosas no campo das políticas públicas.

¹ Secretário de Estado da Juventude, Esporte e Lazer. E-mail:

Diversos programas implantados pela Secretaria da Juventude, Esporte e Lazer são referências importantes nos mais variados segmentos da população.

No atendimento de crianças, adolescentes e jovens, destacamos os programas Bom de Bola, Jovem Cidadão, Segundo Tempo, o Projeto Navegar, Galera Nota 10 e as Escolinhas de Iniciação Esportiva da Vila Olímpica, que promovem o esporte como direito, mobilizando milhares de participantes.

Os eventos esportivos realizados pela SEJEL como os Jogos Escolares do Amazonas e os Jogos dos Servidores Públicos, integrando a população e os municípios do nosso Estado. Destacamos que centenas de eventos esportivos são apoiados pela Secretaria, e milhares de pessoas têm participado de suas atividades.

Atenção especial também têm recebido os idosos que, através dos Programas Vida Saudável e Vida Ativa, participam das atividades em nossos núcleos distribuídos em Manaus e no interior, tendo o acompanhamento de profissionais das mais diversas áreas, assim como os portadores de deficiência/necessidades especiais que se integram de maneira importante às ações desenvolvidas pela SEJEL, assim como recebem de forma permanente o apoio para a realização de suas atividades.

A infraestrutura esportiva também tem acompanhado este crescimento. Estão sendo construídos dezenas de ginásios poliesportivos no interior do estado. Inauguramos em 2007 uma arena esportiva em Manaus com capacidade para sediar grandes eventos nacionais e internacionais, além da reforma do Ginásio Renê Monteiro. Também possuímos um dos maiores complexos esportivos do país, localizado na Vila Olímpica de Manaus, de estrutura completa e extraordinária.

Manaus se candidata para sediar um polo da Copa de 2014, o que nos enche de alegria, mas acima de tudo da responsabilidade. Esta conquista pode nos proporcionar um dos maiores legados que

o esporte pode trazer para uma cidade que sedia um evento dessa natureza: o desenvolvimento social e econômico.

No esporte de alto rendimento, obtivemos grandes conquistas em nível nacional e internacional, destacadamente nos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos. Ao mesmo tempo, estamos reformulando, em conjunto com o Ministério do Esporte, o Centro de Alto Rendimento da Região Norte, com o objetivo de torná-lo mais completo e mais qualificado. Procuramos neste último período dotar o Centro de Treinamento de equipamentos esportivos modernos e melhor infraestrutura, proporcionando maior conforto e condições aos atletas para o desenvolvimento das atividades esportivas.

Merecem destaque neste cenário as oportunidades que estão sendo oferecidas aos profissionais das mais diversas áreas. Professores de Educação Física, psicólogos, fisioterapeutas, pedagogos, assim como estagiários dos mais variados cursos têm através dos programas e projetos desenvolvidos pela SEJEL, a sua primeira experiência no mercado de trabalho, proporcionando a geração de empregos e distribuição de renda.

Muitos avanços foram conquistados nesta etapa, no entanto muitos desafios estão pela frente. Implantar políticas estruturantes, ampliação de financiamento e recursos para o esporte e a articulação no sistema estadual do esporte são tarefas imprescindíveis nesta nova fase.

Temos muito ainda para construir. A participação de todos será decisiva para o alcance dos resultados. Gestores públicos e privados, professores, associações esportivas, entidades profissionais e estudantes constituem a parceria indispensável para o avanço do esporte em nosso Estado.

O esporte é a nossa bandeira.

NOVA ODESSA. *Prefeitura Municipal*. Disponível em: <<http://www.novaodessa.sp.gov.br>>. Acesso em: 29 ago. 2005.

PNUD (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. 2000a. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 01 set. 2005.

_____. *Regiões Metropolitanas e DF com Entorno: IDH-M e outros indicadores*. 2000b. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/regioes_metropolitanas/index.php>. Acesso em: 20 set. 2005.

REQUIXA, R. *O Lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

THIOLLENT, M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Polis, 1987.

LAZER E ESPORTES DA NATUREZA E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL

Kássio Vinicius Castro Gomes¹

Introdução

A partir da década de sessenta os ideais conservacionistas ganham força e penetram nas estruturas políticas e de poder através da mobilização social conservacionista espontânea ou pela sensibilização provocada após frequentes desastres ambientais Bellen (2006, p. 17). Surgem partidos com a bandeira de luta pelo “verde”, organizações não governamentais (ONG’s) e diversos movimentos sociais que articulam a luta pelos direitos sociais. Esta luta buscou e ainda hoje tenta efetivar o estado de bem estar social articulado à proposição de um modelo de desenvolvimento sustentável, sendo este capaz de articular o desenvolvimento econômico, a conservação da bio e sociodiversidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida.

Ao final da década de oitenta cresce a difusão do termo desenvolvimento sustentável, que segundo a UICN – União Internacional para Conservação da Natureza, o PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e a WWF – Fundo Mundial para a Vida Silvestre, significa “melhorar a qualidade da vida humana, sem rebaixar a capacidade de carga dos ecossistemas que a sustentam” (Cuidar la tierra. Estratégia para el futuro de la vida. Gland, 1991).

Nas décadas seguintes, os efeitos do movimento ambientalista puderam ser percebidos nas diversas esferas da vida social através de produtos, serviços e do amplo apelo de mídia. Conjuntamente, movimento ambientalista, evoluções tecnológicas e o crescimento

¹ CELAR – Centro de Estudos do Lazer e Recreação / UFMG - kassiovinicius@uol.com.br

dos produtos turísticos, associados às estratégias de *marketing*, impulsionaram a procura pela natureza, sobretudo daquelas atividades e esportes de aventura. Estas começaram a ter um crescimento acelerado, justificado ora por sua associação direta com o risco e a aventura, ora pela maciça divulgação associada a paraísos naturais.

No entanto, esta busca não se deu harmoniosamente, a procura pelos paraísos naturais, através do turismo de massa, altamente depredatório, incrementado muitas vezes por atividades físicas e esportivas de aventura na natureza, causaram danos incalculáveis. Grande parte dos esportistas, turistas e grupos em busca de lazer passaram a ser alvo das críticas dos gestores das Unidades de Conservação – UC (áreas naturais protegidas), em função do impacto causado ao meio ambiente através das suas práticas. Com isso, todos os professores de Educação Física, turismólogos, agentes de viagem, esportista e turistas passaram a ser mal vistos, inclusive aqueles possuidores de práticas sustentáveis. Frente a isto, vemos a necessidade de repensar o modelo de turismo, a oferta de produtos, os espaços e o código de conduta das pessoas que fazem uso das UCs.

Assim, este artigo busca, mesmo que, por ora, incipientemente, analisar e discutir alguns aspectos necessários e possíveis contribuições das atividades e esportes de aventura na natureza ao desenvolvimento socioambiental sustentável. Recorreremos à literatura para entender as diferentes perspectivas de desenvolvimento sustentável, identificando aquelas mais comuns e as correlacionando às atividades e aos esportes da natureza.

Um estudo que abarque tais questões, sobretudo ao articular o debate sobre meio ambiente, desenvolvimento sustentável, esporte e lazer assume caráter relevante na medida em que pode se constituir num importante instrumento para o poder público redirecionar suas ações no que tange ao lazer, em especial em áreas naturais. Ainda no que se refere à área temática, o conhecimento está ainda pouco consolidado e carente de pesquisas. Aprofundar nos estudos

dos esportes da natureza e sustentabilidade pode ajudar a entender o papel que eles assumem na conservação e no desenvolvimento socioambiental.

Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

São comuns as críticas ao emprego do termo sustentabilidade e ao seu esvaziamento de significado tido, aqui, como ambíguo e passível de diversas interpretações, como observam Furlan (2003, p. 55) e Pimentel (2002, p. 83). Estes autores exploram a questão discutindo as confusões feitas ao emprego de “crescimento sustentável”, “uso sustentável” e “desenvolvimento sustentável – DS”. Retomando a questão conceitual sobre DS, entendemos este como o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro, este conceito foi construído pela “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, criada pelas Nações Unidas.

No entanto, ao tratarmos de DS, Pearce (1993) apresenta diferentes ideologias ambientais: seus dois extremos encontram-se no tecnocentrismo (*technocentrism*) e ecocentrismo (*ecocentrism*). A concepção tecnocêntrica pode ser aproximada a um modelo antropocêntrico de relação homem-natureza enquanto a posição ecocêntrica observa essa relação como simétrica.

A degradação ambiental pode estar mais diretamente relacionada ao tecnocentrismo, pois ao homem caberia o papel de protagonista, os demais seres vivos seriam meros figurantes e as paisagens naturais, cenários para expressão dos desejos e necessidades humanas. Assim a degradação seria compreendida como “aceitável”, sob a prerrogativa de atender as demandas humanas. O uso dos ambientes naturais e os possíveis impactos a ele causados pelas práticas de esporte, lazer e turismo seriam plenamente aceitáveis. No caso do ecocentrismo, qualquer impacto

causado e não assimilado pelo ambiente, ou seja, que não permitisse às gerações futuras o acesso e uso dos recursos naturais seriam condenáveis. Neste caso não existe supremacia da espécie humana, portanto suas ações devem estar condicionadas à preservação dos recursos.

Entre estes dois extremos ideológicos, habitam diversas perspectivas de desenvolvimento sustentável. A perspectiva econômica está para o tecnocentrismo assim como a ambiental está para o ecocentrismo, e entre elas a perspectiva social. Mas como o próprio Bellen (2006, p. 26) diz, se desejarmos um mundo melhor para nós e nossos futuras gerações, teremos que nos desvencilhar das perspectivas econômica e social, caminhando no sentido da perspectiva ambiental.

Lazer e esportes da natureza

Como havíamos proposto, buscaremos estabelecer uma relação entre esportes e lazer relacionados à natureza, sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável. Desta forma trataremos as diversas atividades e esportes da natureza como manifestações, interesses que compõem o acervo de práticas corporais e os conteúdos do lazer. Estas práticas como constituinte do lazer, entendidas a partir da perspectiva da sustentabilidade, devem ser pensadas harmonicamente, ajustando o interesses dos sujeitos, da sociedade e do mercado à preservação do ambiente.

Na medida em que me refiro ao lazer faz-se necessário elucidar qual perspectiva de lazer adotarei para trilhar este caminho, afinal, entre os estudiosos da área, compartilho a ideia de que o lazer é gerado historicamente nas sociedades modernas urbano-industriais, esta perspectiva é conhecida como crítica ou crítico-histórica. Algumas considerações acerca do lazer produzidas por Dumazedier (1979, 1973) foram, posteriormente, revisadas criticamente por Marcellino (1998). Estas considerações norteiam a elaboração de vários conceitos produzidos pelos autores da área, mas Gomes (2004, p. 124) avança, ao meu entender, quando associa aos elementos tempo, manifestações culturais e ações ao elemento “Espaço-lugar, que vai além do espaço

físico por ser um ‘local’ do qual os sujeitos se apropriam no sentido de transformá-lo em ponto de encontro (consigo, com o outro e com o mundo) e de convívio social para o lazer”. Assim, acredito que seu conceito é o que melhor expressa o meu entendimento acerca do lazer:

Em síntese, entendendo o lazer como uma dimensão da cultura constituída por meio da vivência lúdica de manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelo sujeito ou grupo social, estabelecendo relações dialéticas com as necessidades, os deveres e as obrigações, especialmente com o trabalho produtivo. (Idem, p. 125).

Nestas últimas décadas, juntamente com o crescimento da busca por experiências de lazer na natureza, multiplicaram-se exponencialmente a oferta de atividades, equipamentos, serviços e lugares para estas vivências. Neste mesmo movimento vertiginoso de crescimento destas atividades, a produção teórica nesta área vem acompanhando este crescimento, o que torna extremamente complexa a tarefa de conceituar tais práticas.

Entre os autores da área e algumas das principais publicações nacionais e internacionais, verifica-se a adoção da terminologia AFAN’s – “Atividades Físicas de Aventura na Natureza”, proposta por Betran (1995, p. 05), embora sejam bastante comuns as seguintes expressões: esportes da natureza, esportes na natureza, esportes de aventura, esportes de risco calculado, esportes de aventura na natureza, ecoesporte e esportes radicais. Esta última pouco usada pelos estudiosos da área devido aos sentidos e significados associados à expressão, embora seja bastante disseminada pela mídia de massa e pelo senso comum.

Entendemos não ser pertinente neste momento debater estas expressões, por não ter claros todos os conceitos referentes às mesmas, por isso optei ao longo do artigo, pelos esportes da natureza. Assim,

reconhecemos os limites do termo escolhido, mas sua adoção neste trabalho abrange as diversas vivências de lazer como as atividades, esportes ou o ócio vivenciado na Natureza.

São os esportes da natureza enquanto expressão do lazer ecológico, que aqui devem ser entendidos nesta perspectiva da sustentabilidade. Sua importância socioeconômica deve nos levar a pensar pelo princípio do desenvolvimento que supre as demandas do presente sem comprometer os recursos para as futuras gerações. Estas práticas corporais de movimento ligadas à natureza, que compõem ou não o acervo dos cidadãos, devem ser estimuladas, observando os limites ambientais. O ambiente é aqui compreendido em consonância com Leff (2003, p. 31-32) como uma estrutura socioecológica holística que internaliza as bases ecológicas da sustentabilidade e as condições sociais de equidade e democracia. Os esportes da natureza e o lazer ecológico é um direito, mas sua fruição não deve estar em contraposição aos princípios da sustentabilidade socioambiental das áreas e ou comunidades que compõem os espaços de vivências.

Nesta perspectiva a intervenção na realidade local com base na sustentabilidade ganharia maior consistência e credibilidade com a participação da população, dos praticantes e do poder público. O diálogo social sobre esta agenda possibilita pensar o ambiente não como um cenário, mas como um espaço/lugar dotado de significados com uma importância socioeconômica e cultura que demanda investir recursos humanos, materiais e financeiros em propostas que rompam o paradigma atual de desenvolvimento do lazer.

Contexto socioambiental: lazer para sustentabilidade

Todas as médias e grandes cidades do país aglomeram em suas periferias os trabalhadores advindos do campo e de pequenas cidades adjacentes. Esse processo de êxodo rural levou a um quadro surpreendente ao final da década de 70 e início da década de 80 com fim do “Milagre Econômico Brasileiro”. O declínio da agricultura e pecuária, marcada pelo fim dos subsídios agrícolas, com a escassez

de mão-de-obra e com o uso de métodos de produção arcaicos que levaram ao “esgotamento” dos recursos naturais, inverteu não apenas a concentração populacional, mas a geração do PIB dos municípios, segundo dados do IBGE (SENSO, 2000).

Este contexto socioeconômico, ou melhor, sócioambiental juntamente com o crescente mercado do lazer, provocou nas áreas rurais o aparecimento de graves problemas ambientais². Estes, não podem ser traduzidos e restritos a problemas ecológicos, reduzindo o significado de ambiente ao campo de uma ciência e a valores e crenças de um grupo social. Os trabalhadores rurais e as populações tradicionais, após perderem a posse da terra para os especuladores imobiliários, retornam fracassados das cidades para atuarem como empregados em suas “próprias terras” como mão-de-obra não especializada e barata nos empreendimentos de lazer ecológico.

Pensando em evitar ou restringir estes problemas ambientais, Vieira (1995) aponta a necessidade de processos mais abertos e flexíveis de diagnóstico ambiental participativo, concebidos como expressão de uma nova concepção de pesquisa-ação orientada pelo enfoque de um modelo de “ecodesenvolvimento” (SANCHS, 2000).

Segundo Leff (2000), isto significa gerar, em interação com as populações no nível local, informações cada vez mais acuradas sobre o estado do meio ambiente e sobre as alternativas possíveis de enfrentamento dos problemas socioambientais. Esta perspectiva visa à autonomia das populações a partir de trabalhos pedagógicos que busquem a compreensão da diversidade de alternativas possíveis. Neste contexto o lazer e os esportes da natureza, em especial as práticas relacionadas à vocação natural da região, podem ser uma possibilidade de resistência e prosperidade.

² Professor do curso de Educação Física do Centro Universitário Metodista de Minas. Aluno do Programa de Mestrado em Lazer – CELAR/UFMG.

No entanto, não devemos perder de vista aspectos levantados por Seabra (2001), que discorre acerca dos modelos de desenvolvimento do mercado de lazer e turismo praticado ao longo das últimas décadas, que trouxe à tona novos problemas e preocupações aos governos locais, às comunidades anfitriãs e às organizações conservacionistas, pois passaram a colocar em risco áreas naturais, protegidas ou não, de riquezas imensuráveis, assim como importantes patrimônios histórico-culturais.

Neste mesmo caminho, inúmeras práticas esportivas e ou de lazer provocaram danos ao ambiente, seja por uma relação funcionalista/tecnocêntrica construída pelo esportista ou visitante que vê o ambiente apenas como um cenário para a realização dos seus espetáculos ou pela ausência de uma educação para o lazer ecológico, que respeitasse os limites do ambiente.

Isto se deve à velocidade e à escala dos investimentos públicos e privados, em detrimento da aplicação prévia de mecanismos de planejamento participativo, legislação de uso do solo, zoneamento e proteção ambiental, educação dos visitantes e planos de monitoramento das atividades, que pudessem garantir a proteção da base dos recursos naturais e culturais que fundamentam os negócios do turismo (WWF, 2003).

Para que as atividades esportivas, turísticas e de lazer prossigam como alternativa viável ao desenvolvimento, aspectos orientadores foram articulados: consciência conservacionista, preservação da sócio e biodiversidade, buscando assim o uso sustentável dos recursos, caracterizando, assim, segundo a Embratur (1994) o Ecoturismo como

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

Nesta perspectiva entendemos que tanto o ecoturismo como o ecoesporte são pautados pelos princípios da sustentabilidade, devendo ser articulados com as diversas atividades socioeconômicas

e culturais locais, para promover o desenvolvimento a partir da diversificação econômica, para a melhor geração de emprego e renda com a devida manutenção do equilíbrio ambiental das comunidades, localidades, cidades, estados e países.

As comunidades, em especial aquelas da zona rural, com potencial natural para a viabilidade das práticas de lazer ecológico, entra em um processo dialético de causa efeito que gera a problemática socioambiental: falta de representação, ausência do poder público, problemas de infraestrutura, estagnação da produção, diminuição da renda familiar, acesso restrito à saúde, educação, saneamento básico, assistência técnica, aumento da degradação ambiental, descaracterização da paisagem, perda de identidade cultural, dissolução das redes de sociabilidade, êxodo rural e, conseqüentemente o surgimento dos problemas urbanos, especificamente na cidade de Governador Valadares, aqui estudada.

Desta forma, tanto o ecoturismo, como o ecoesporte³ não podem ser a única possibilidade ao desenvolvimento econômico. Segundo Lemos (1998), o que eles podem representar é uma alternativa concreta de crescimento econômico, e não deve ser a predominante, num município ou região, pois qualquer alteração na demanda, como, por exemplo, o aparecimento de destinos concorrentes ou práticas de esporte/lazer incrementadas pela indústria cultural pode levar todo um município ou uma região a ter problemas de ordem econômica e social em função da lacuna na geração de receitas.

³ O ambiente está integrado por processos, tanto de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica dominante: a natureza superexplorada e a degradação sócioambiental, a perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição do patrimônio de recursos dos povos e à dissolução de suas identidades étnicas; a distribuição desigual dos custos ecológicos do crescimento e a deterioração da qualidade de vida.

A questão da educação do visitante deve ser entendida num sentido mais amplo dentro do contexto de que o turismo, o esporte e o lazer devem ser sempre informativos, formativos e educacionais. A educação do visitante para o respeito às culturas e tradições, ao uso da terra e aos sítios históricos, artísticos e arqueológicos deve também ser condição necessária para o ecoturismo e ecoesporte, pois assegura ou contribui consideravelmente à sustentabilidade.

Referências

- BELLEN, Hans M. van. *Indicadores de Sustentabilidade: uma Análise Comparativa*. Rio de Janeiro – FGV, 2006.
- BETRÁN, Javier O. Las Actividades Físicas de Aventura en la Naturaleza: análisis sociocultural. *Apunts*. Educación Física y Deportes, Barcelona, n. 41, 1995, p. 5-8.
- CASTROGIOVANNI, Antonio C. Turismo x espaço: reflexões necessárias na pós-modernidade. In: GASTAL, S. et al. (org.). *Turismo na pós-modernidade (des)inquietações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. (coleção Comunicação, 25).
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes nacionais para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, 1994.
- FURLAN, Sueli A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (org.). *Ecoturismo no Brasil possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, 2003.
- GOMES, Christianne Luce. Lazer – Concepções. In: GOMES, Christianne Luce (org.). *Dicionário crítico do lazer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004. p. 119-125.

- LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. (org.). *A complexidade ambiental*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LEMONS, Leandro A. de. Os sete mitos do Turismo: a busca de alguns conceitos fundamentais. In: GASTAL, S. (org.). *Turismo: 9 propostas para um saber fazer*. [s. l]: Edição dos Autores, 1998.
- PEARCE, P. L. *Fundamentals of tourism motivation*. London and New York: Routledge, 1993.
- PIMENTEL, Giuliano G. de A. A insustentabilidade do lazer sustentável. In: MÜLLER, Ademir. DACOSTA, Lamartine. (org.). *Lazer e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.
- SANCHS, Ignacy. Gestão negociada e contratual da biodiversidade. In: CAMINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- SEABRA, Giovanni. *Ecos do Turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas*. Campinas: Papirus, 2001.
- SILVEIRA, Marco A. T. As políticas públicas e a nova configuração territorial do turismo no Brasil. In: SOUZA, M. J. (org.). *Políticas públicas e o lugar turismo*. Brasília: UNB/Ministério do Meio Ambiente, 2002.
- VIEIRA, Paulo F. Meio Ambiente, desenvolvimento e planejamento. In: VIOLA, E. et al. (org.). *Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.
- WWF. WORLD WILDLIFE FUND. *Manual de ecoturismo de base comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF, 2003.

MOREIRA, W.; Simões, R. *Esporte como fator de qualidade de vida*. Piracicaba: Ed. Unimep, 2002.

PÉRES, J. *Evocação de Manaus - Como eu vi e sonhei*. 2. ed. rev. e amp. Manaus: Valer, 2002.

PORTUGUEZ, A. P. *Consumo e espaço-turismo, lazer e outros temas*. São Paulo: Roca, 2001.

RODRIGUES, A.B. *Turismo e Espaço*. Rumo ao conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

ROSADO, A. *Nas Margens da Educação Física e do Desporto*. Lisboa: Edições Faculdade de Motricidade Humana, 1998.

STIGGER, M.C. *Esporte, lazer e estilos de vida: um estudo etnográfico*. Campinas, São Paulo: Autores Associados chancela editorial Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), 2002.

YURGEL, M. *Urbanismo e lazer*. São Paulo: Nobel, 1997.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: REALIDADE E PERSPECTIVAS
NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Elizângela de Souza Bernaldino
Érica Patrícia de Oliveira Pinheiro
Juliana Nunes de Oliveira
Célio José Borges
Luis Gonzaga de Oliveira Gonçalves

Introdução

A pesquisa tem o propósito de compreender e analisar, através da investigação do processo de formulação as Políticas Públicas de Esporte e Lazer para o município de Porto Velho – RO. Para tanto se pretende situar as políticas de Esporte e Lazer desenvolvidas na cidade, bem como aprofundar o debate ou discussões em políticas públicas de esporte e lazer na região amazônica. O interesse deste estudo também está diretamente relacionado com o fenômeno do crescimento populacional previsto para Porto Velho nos próximos 5 a 10 anos em decorrências das obras das usinas hidrelétricas do Madeira. A cidade já demonstra uma mudança significativa em sua dinâmica, especialmente pelo visível crescimento das “construções verticais” e o volume de veículos que circulam pela cidade, já como uma característica de grande porte, o que vai demandar mais áreas de lazer para atender a esse aumento da população.

Desta forma, visualizar a demanda e conseqüentemente a apresentação de novas propostas para os segmentos de Esporte e Lazer que conduzam a uma melhor qualidade de vida da população e, ainda, criar espaços para que seja demonstrada a importância da Educação Física como áreas de estudos e atuação profissional e o seu papel social constituem uma necessidade emergente na cidade.

1 Grupo de Estudo do Desenvolvimento da Cultura Corporal/CELAFIU-UNIR

Neste âmbito, uma outra perspectiva que pode ser vislumbrada, a partir deste estudo, é a abertura do mercado de trabalho, bem como a inter-relação com outras áreas relacionadas ao turismo e aos esportes de aventura praticados na natureza. Cabe destacar também a necessidade de inserção da escola no contexto das políticas públicas de Esporte e Lazer.

Também será valiosa a união de esforços no sentido de abrir espaços para o esporte e o Lazer através da ocupação de diferentes locais e momentos: na escola, centros comunitários, praças e outros lugares. O aproveitamento dos espaços ociosos demanda a otimização de serviços de utilização de equipamentos, ao longo de toda semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

Desta forma, o aumento de locais estruturados de práticas esportivas trará benefícios para a população e para o sistema governamental. Mellowicz (1984) aponta que o aumento da construção de pequenas praças esportivas será refletido na economia de gastos com despesas de hospitais, remédios e invalidez precoce. Dessa forma, ressalta-se a criação/manutenção dos locais para a prática de esporte e lazer.

Políticas públicas em esporte e lazer: ações e aplicabilidade

As Políticas Públicas de Esporte e Lazer vêm crescendo nas reivindicações da sociedade pela busca de uma melhor qualidade de vida. A participação popular no planejamento municipal torna a gestão democrática e faz com que se reflita sobre projetos, esclarecendo seus objetivos e explicitando suas funções sociais sendo construído à base da realidade, atendendo aos interesses de diferentes grupos, instituições e organizações populares.

Segundo Müller (2002), a questão espacial do Esporte e Lazer, dentro da sociedade contemporânea, possui uma complexidade que tem origem na concentração urbana, se desenvolve e provoca consequências na relação existente entre os diferentes tempos do

homem urbano – tempo de trabalho, tempo liberado do trabalho, porém não livre de obrigações sociais, e tempo disponível para o lazer. Neste âmbito, a questão do espaço influencia sobremaneira a atitude que as pessoas adotam diante de suas experiências de lazer, que, por sua vez, acarretam repercussões nas políticas públicas de lazer.

Nesta perspectiva os espaços e equipamentos de lazer não são entendidos como essenciais e não têm a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana, além de ser um dos elementos pouco reivindicados pela população, pelo menos organizadamente.

Procedimentos metodológicos

Este trabalho caracteriza-se como sendo um estudo de caso descritivo com a análise de documentos, bibliografias e entrevistas do tipo estruturada. As entrevistas foram realizadas com os gestores das áreas municipal e estadual de esporte e lazer. Analisaram-se os documentos da I Conferência Municipal de Esporte e Lazer, leis municipais relacionadas à área e entrevistas com profissionais da Secretaria de Município de Esportes e Lazer, cronogramas e projetos desenvolvidos e em fase de desenvolvimento.

Os procedimentos metodológicos constituíram-se em três etapas: levantamento bibliográfico e análise documental; visita aos espaços públicos disponíveis (Polo I Skate Park, Deroche, Espaço Alternativo); entrevistas com os dirigentes das Secretarias Municipal e Estadual de Esporte e Lazer de Porto Velho.

Políticas públicas: realidade na cidade de Porto Velho

A cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, está localizada na região Norte. É considerada uma cidade de médio porte, com pouco mais de 330 mil habitantes. Assim como muitas outras cidades brasileiras que possuem características semelhantes, a população de

Porto Velho enfrenta diariamente problemas estruturais: falta de saneamento básico, déficit na educação e na saúde, entre outros.

A cultura porto-velhense é menos incentivada em relação aos grandes centros do Brasil, pois não há um teatro municipal. Entretanto, a cidade possui algumas opções culturais como a Casa de Cultura Ivan Marrocos (onde há exposições diversas), duas salas de cinema, várias praças (sendo as mais famosas a Praça das Três Caixas D'Água e a Praça Aluizio Ferreira), museus (Museu da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré), *shoppings* (em construção) e galerias.

Como em outras cidades da região Norte do Brasil, fazem-se presentes festas folclóricas. Há na cidade também uma grande exposição anual de agropecuária, denominada EXPOVEL, e outra chamada Flor do Maracujá, com apresentações de danças folclóricas, como o boi-bumbá e a quadrilha. Também grande parte da população se diverte em bares e casas de shows, praças e clubes.

Em relação às opções de lazer e esporte, a cidade não oferece muitos locais para a população desenvolver as atividades. Sendo oferecidos os seguintes espaços abertos a nível estadual e municipal, conhecido como Centro de Esporte e Lazer – CEDEL; no caso do Estado; são denominados polos ou parques, no caso da Prefeitura. Os CEDELS estão inseridos na maioria dos bairros com quadras poliesportivas. Dentre os locais mais frequentados e utilizados pela população estão: Deroche, Polo I Skate Park e Espaço Alternativo.

Três dos quatro locais acima citados estão em pontos distintos da cidade. Esses locais apresentam características diferentes. Os quatro serão caracterizados abaixo, seguindo a ordem: Deroche(i), Polo I Skate Park(ii) e Espaço Alternativo(iii).

O Deroche Pequeno é um espaço localizado no polo central ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio Coutinho, inaugurado na década de 90. Contém em sua estrutura um campo de futebol, duas quadras de areia, duas quadras de cimento poliesportivas, uma pista de caminhada e um parque infantil com escorregadores. O espaço é

aberto à comunidade que queira utilizá-lo. O período de maior fluxo de pessoas ocorre nos finais de semana em que o espaço fica cheio de usuários. Os frequentadores, em sua maioria, são moradores da região.

O Polo I Skate Park é localizado na zona leste da cidade de Porto Velho, região periférica do município, onde se tem uma concentração de indivíduos de baixa renda e carentes de atividades de lazer e esporte que proporcionem melhoria da qualidade de vida. Atualmente o local apresenta a seguinte estrutura: uma pista de caminhada, num local arborizado com pouca iluminação. A população que frequenta o local é formada por adolescente, jovens, adultos e idosos. Dentre a ocupação profissional, são indivíduos de diferentes níveis socioeconômicos. Nesse local, a SEMES desenvolve o projeto “Tenda do Esporte”, que ocorre duas vezes por semana, nas terças e sábados, no horário de 16h às 19h. O projeto oferece orientação para os praticantes de atividade de caminhada, bem como são realizados exames antropométricos e anamnese dos indivíduos.

O Espaço Alternativo é um espaço localizado na Avenida Jorge Teixeira, que agora é a BR 364 (federal), no sentido aeroporto. É uma rua que é fechada das cinco 05:00 horas da manhã até às 08h da manhã. No período da tarde, a partir das 16:30 horas até umas 20:30 horas o local é fechado novamente para a prática de caminhadas e corridas. Este é frequentado todos os dias pela manhã, fim de tarde e noite. É uma das opções de lazer mais procuradas nos finais de semana. As famílias vão com seus filhos passear, estimando-se cerca de duas a quatro mil pessoas por final de semana. No Espaço Alternativo há uns brinquedos voltados para as famílias como os triciclos. Além da caminhada e da corrida, há pessoas que vão patinar e andar de bicicleta.

Atualmente a administração de políticas públicas para as áreas de Esporte e Lazer na cidade de Porto Velho fica a cargo das secretarias: Secretaria Estadual de Esporte, Cultura e Lazer – CECCEL, que oferece apoio aos municípios e federações; e

Secretaria Municipal de Esporte e Lazer SEMES, funciona na execução das ações e projetos. As duas secretarias trabalham em parceria Prefeitura-Estado-Ministério do Esporte. Contudo a parte de aplicabilidade e execução das ações e projetos fica a cargo da SEMES.

Como principal preocupação a SEMES procura identificar necessidades e potencialidades nos Bairros e distritos do Município, priorizando projetos e programas a partir das peculiaridade de cada local, principalmente o indivíduos fora do contexto escolar. Desta forma, como aspectos norteadores para desenvolver os projetos a SEMES considera as coordenadorias ou programas como pontos determinantes: Coordenadoria de Infância e Juventude, Coordenadoria da Mulher, Coordenadoria Pró-Jovem, Coordenadoria Vida Ativa e Escolinhas. A partir daí surgem os projetos sociais, rurais e culturais com intuito de atender as necessidades da população. Um exemplo desta aplicação é o projeto em parceria FURNAS/SEMED por meio do qual há inclusão do portador de necessidades especiais – deficiente físico.

No contexto histórico da gestão da SEMES, nos últimos anos, a mesma esteve mais vinculada à prática esportiva. No entanto, na gestão atual, de acordo com o cronograma de atividades para o ano de 2008, observa-se uma diversidade de eventos de esporte e lazer para a população. Algumas das atividades programadas para ser desenvolvidas são: Escolinhas de Iniciação Esportiva; Tenda do Esporte; Festival de Praia de Jacy-Paraná, Fortaleza do Abunã e Cujubinzinho; Paraporto; Festival do Idoso, Feira da Criança/Copa da Criança; Ruralzão de Futebol; Rua de Lazer, dentre outros.

Em relação às políticas de esporte e lazer para qualidade de vida da população, pode-se citar o projeto “Tenda do Esporte”. Este, por sua vez, funciona duas vezes por semana (terça e sábado) no Polo I Skate Park”, localizado na zona leste da cidade. O objetivo do projeto é oferecer atividade física orientada para todos, desta forma, são realizados exames antropométricos; anamnese dos

indivíduos; e orientação quanto a vestimenta, hidratação, exercício de alongamento e caminhada.

Considerações finais

A utilização da rua da BR-319 (antiga Jorge Teixeira) para as atividades físicas de lazer é um sinal de que a população de Porto Velho anseia por locais devidamente estruturados para a prática de lazer aos finais de semana. Alguns locais são antigos, como o Deroche, e outros recentes, como o Polo I Skate Park, no entanto, não conseguem suprir totalmente as necessidades da cidade.

Além da estruturação dos espaços existentes e a construção de novos espaços para a prática de esporte e lazer, o papel do profissional de Educação Física deve se fazer presente nesses locais para instruir e educar aos frequentadores acerca da conscientização sobre a importância de se praticar atividade física, principalmente ensinar a forma correta de realizar os movimentos para uma melhor qualidade de vida.

Referências

- BRAMANTE, C. A. *Políticas públicas para o lazer: o envolvimento de diferentes setores*. In: O LÚDICO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: realidade e perspectivas. Belo Horizonte, 1995.
- BRUST, C.; BAGGIO, I. C.; FILHO, M. F. S. Gestão das políticas públicas de esporte e lazer em Santa Maria. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd116/gestao-das-politicas-publicas-de-esporte-e-lazer.htm>>.
- MARTINS, D. J. Q. *Breves reflexões sobre o processo decisório e a interatividade na formulação e implementação de políticas públicas no campo do esporte no esta-*

do do Paraná. Disponível em: < <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/1884/4734/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Dilson%20-%20web.pdf> > Acesso em: 21 de março de 2008.

MELLEROWICZ, H. Aspectos médicos do esporte de lazer. In: DIECKERT, J. *Esporte de lazer. uma chance para todos*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1984.

MULLER, A. *Espaços e Equipamentos de Lazer e Recreação e as políticas públicas*. Revista RED Latinoamericana de Recreacion & Tempo Livre. RS - Santa Cruz do Sul, novembro de 2002. Disponível em: http://www.redcreacion.org/documentos/enarel14/Mt_ppp02.html. Acesso em: 21 de março de 2008.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Políticas Públicas. Disponível em: http://www.ce.sebrae.com.br/paginas/produtos_servicos/politicas_pub.php. Acesso em: 20 de março de 2008.

PROJETO VIDA SAUDÁVEL: PROMOVEDO SAÚDE E LAZER PARA A TERCEIRA IDADE NA CIDADE DE MANAUS

Raimundo Gomes de Araújo¹

Introdução

A prática regular de atividade física proporciona uma melhoria na qualidade de vida de crianças, adultos e idosos. Para garantir ainda mais saúde à pessoas acima de 60 anos, o Ministério do Esporte desenvolve o Programa Vida Saudável – um trabalho fundamentado em atividades físicas, de esporte e lazer que contribuem para melhorar o quadro atual e resgatar a dívida social com esse segmento da população brasileira. O programa desenvolve espaços de convivência, respeitando as especificidades culturais e regionais de cada núcleo. Os idosos beneficiados poderão, de 40 a 60 minutos, cinco vezes por semana, participar de atividades sociais e palestras que promovem momentos de reflexão, reconhecimento, encontro e educação.

Os participantes dos núcleos são submetidos a uma pré-avaliação com testes funcionais e psicológicos para conhecer as condições iniciais da saúde biopsicossocial de cada um. A cada três meses são aplicadas novas avaliações para acompanhar a evolução das alterações na capacidade física e na saúde em geral. Com o programa Vida Saudável, o Ministério do Esporte atua de forma preventiva e garante a saúde por meio da atividade física orientada por profissionais capacitados.

Com base no exposto acima, o governo do Estado do Amazonas e o governo Federal implantaram o Projeto Vida Saudável, através da SEJEL – Secretaria de Estado da Juventude,

¹ SEJEL – Secretaria de Estado da Juventude, Esportes e Lazer. Araujo.ef@gmail.com